



DIREITO FISCAL

Fiscalistas dizem que nova subida de impostos será paga por consumidores e PME

Em serviços que não são de primeira necessidade, a subida de impostos poderá ditar a redução do consumo e uma nova vaga de insolvências, admitem especialistas em direito fiscal

JOÃO MALTEZ jmaltez@negocios.pt

Será junto dos consumidores que as medidas de austeridade mais se farão sentir, mas um grupo de fiscalistas que o **Negócios** inquiriu admite que possa vir a ser uma nova vaga de insolvência de empresas e o consequente aumento do número de desempregados. Num dado todos estão de acordo: com mais IVA, mais IRC e também com a entrada em vigor do novo Código Contributivo, a retoma económica é uma miragem.

O advogado e sócio da Sérvulo Gonçalves Leite Campos projecta que entre as empresas onde o equilíbrio da oferta e da procura é mais rígido, como as que fornecem água, combustíveis ou serviços telefónicos, pouco impacto haverá em resultado da subida da carga fiscal. Isto, porque tenderão a fazer reflectir o aumento de impostos no consumidor final.

Já no que diz respeito a pequenas e médias empresas, como restaurantes, produtores de roupas e de calçado ou serviços que não são de primeira necessidade, a tendência aqui é para que mantenham ou reduzam mesmo os custos, porque a tendência será para uma menor procura. O resultado, admite o também fiscalista Gonçalves Leite Campos, poderá traduzir-se na redução de activos, e até no fecho das empresas.

Face ao cenário exposto, o especialista em Direito Fiscal João Espanha considera mesmo que se assistirá, a par da recessão, a uma fuga para a economia paralela e recessão. O mesmo advogado diz que as consequências do aumento fiscal na actividade dos seus clientes serão muito variáveis, mas admite que "haverá

uma quebra generalizada, tendo em conta o efeito cascata que a quebra do consumo irá provocar".

Ainda assim, João Espanha admite que, relativamente às empresas a que presta serviços jurídicos, "na maior parte dos casos, há margem para encaixar algum aumento da carga fiscal".

O também fiscalista Paulo Nuncio, sócio da Garrigues, evidencia, por seu turno, que a subida de impostos anunciada para 2011 representa o terceiro aumento proposto pelo Governo no curto espaço de seis meses.

"Este novo aumento de impostos terá efeitos muito negativos na economia no próximo ano e criará ainda mais dificuldades ao funcionamento das empresas e à sua capacidade para realizar investimentos e gerar riqueza", sustenta o advogado, admitindo que venha a ser mais desemprego, menor procura interna e mesmo recuo nas exportações, aspectos que, evidencia, vão prejudicar "claramente a retoma económica tão necessária em Portugal".

O especialista em direito fiscal e sócio da Vieira de Almeida e Associados, Tiago Marreiros Moreira, sustenta, por outro lado, que será com particulares dificuldades que muitas das empresas clientes do escritório irão fazer face a um anunciado cenário de incremento da sua carga fiscal. Mas porque ainda não se conhece com detalhe as medidas que aí vêm, o jurista diz ser prematuro retirar conclusões sobre este tema.

Há, contudo, algo que diz ser claro: a entrada em vigor do Código Contributivo e o acréscimo da taxa do IVA, bem como a aplicação de um imposto financeiro que será reper-

Haverá empresas a procurar outras jurisdições com maior competitividade fiscal.

TIAGO MARREIROS MOREIRA
Fiscalista da VdA

cutido nas demais firmas e pessoas singulares, implicarão um claro aumento da carga fiscal. Tal, diz, poderá levar algumas empresas a procurar "outras jurisdições que apresentem maior competitividade fiscal".

Henrique Nunes, fiscalista da Albuquerque & Associados, tendo também por base os argumentos antes esgrimidos, lembra que o aumento do IVA "penalizará, tudo indica, o consumo interno, o que significa que as empresas que fundamentalmente vendem no mercado interno podem assistir à diminuição da sua actividade económica". Em sua opinião, a tributação que aí vem acabará, com naturalidade, por carregar ainda mais o consumidor. O único aspecto positivo que 2011 poderá trazer é, conclui, "a possibilidade dos custos de financiamento junto da banca poderem vir a descer, caso Portugal adquira novamente alguma imagem de credibilidade" externa.



Impostos | As empresas tenderão a fazer repercutir os aumentos de bens e serviços



Miguel Baltazar

O QUE DIZEM OS FISCALISTAS

Cinco **advogados** especialistas em Direito Fiscal falam sobre as possíveis consequências dos anunciados aumentos impostos.

Tiago Marreiros Moreira, da VdA, vê com apreensão a subida fiscal para as empresas.

Gonçalo Leite Campos, da Sérvulo, diz que PME e consumidores vão pagar a factura.

Henrique Nunes, da Albuquerque, só vê um lado positivo: a credibilidade externa do País.

Paulo Nuncio, da Garrigues, considera que mais impostos vão penalizar a economia nacional.

O fiscalista João Espanha antevê uma queda generalizada no consumo.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Carlos Cruz e Associados abre escritório na cidade de Xangai

A sociedade quer tornar mais fácil a entrada das pequenas e médias empresas portuguesas no mercado chinês

Miguel Baltazar



Xangai | A portuguesa CCA partilha o escritório na China com as sociedades De Wolf Partners (belga) e Bonnard & Son (suíça).

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Servir de veículo ao investimento das pequenas e médias empresas na China e, em sentido inverso, facilitar a aposta dos investidores chineses no nosso país, são estes os dois objectivos centrais a que a Carlos Cruz & Associados (CCA) se propõe com a sua mais recente aposta: a abertura de um escritório em Xangai. O projecto é, ao mesmo tempo, a estreia da sociedade em mercados internacionais.

“À semelhança das empresas nacionais, também os escritórios de **advogados** portugueses podem e devem afirmar-se lá fora. Foi essa a análise que fizemos e, numa altura em que chegámos aos 60 anos de existência, decidimos fazer esta aposta”, afirmou ao **Negócios** o “managing partner” da firma, Carlos Cruz.

O mesmo advogado sublinha que a opção pela “capital” económica da China se deve ao facto de naquele grande aglomerado urbano “existir um ambiente de negócios moderno e propício ao investimento”. Nesta fase, o principal propósito da CCA é criar condições para apoiar a entrada das PME portuguesas naquele mercado, criando sinergias nesse sentido.

Para divulgar a presença naquele território, Carlos Cruz avança que está em fase de preparação um conjunto de acções, a realizar em colaboração com associações empresariais, destinadas a esclarecer os investidores portugueses sobre as

normas legais existentes naquele país. Paralelamente, a sociedade prepara o lançamento de um guia de investimento, onde serão explicados, de forma simples, os passos que os investidores nacionais terão de seguir.

Segundo avançou Carlos Cruz, a CCA instalou-se em Xangai na sequência de uma parceria estabelecida com a sociedade belga De Wolf Partners e a suíça Bonnard & Son. Actualmente, no escritório na China, está já uma advogada portuguesa, que fala e escreve mandarim. No

próximo ano, a firma portuguesa irá colocar também um dos seus sócios naquele território.

O escritório onde a sociedade se instalou em Xangai fica localizado no mesmo edifício do consulado português na China. De acordo com o líder da CCA, a parceria mantida com as duas sociedades europeias permite ainda que no conjunto beneficiem das sinergias proporcionadas por um grupo de 20 advogados de diferentes nacionalidades – chineses, israelitas, franceses, portugueses e brasileiros.

imidores - a população portuguesa.